



COMUNICADO DE IMPRENSA

O Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento tomou conhecimento através dos órgãos de comunicação social e através do encontro que manteve com alguns visados **da carta/informação produzida presumivelmente pela divisão de Informação e Segurança Militar do Estado Maior General da Forças Armadas da Guiné-Bissau, sob o título (Ameaças internas).**

Entre outros, a carta **informa sobre as reuniões que alguns Digníssimos Deputados da Assembléia Nacional Popular estão a ter com o objectivo da realização do congresso do PAIGC para no fim derrubar o Governo liderado pelo Senhor Carlos Gomes Junior.**

Considerando que, a Guiné-Bissau enquanto sujeito do direito internacional, proclamou, à semelhança de outros Estados modernos, a sua adesão aos princípios e valores universais da **Democracia e do Estado de Direito Democrático;**

Tendo em conta que um dos corolários de um Estado de Direito Democrático é a liberdade de associação e de expressão.

Tomando em consideração que no quadro da liberdade de constituição de associações ou de partidos políticos, um dos instrumentos que regem os seus funcionamentos (Estatutos), a maioria consagra a existência de sensibilidades internas.

E, a confirmar-se a proveniência dessa informação por parte da secreta do EMGFA constituirá uma violação flagrante à constituição da República e às leis da Guiné-Bissau, na medida em que a luta interna a nível dos partidos políticos para assunção pacífica dos cargos não deve merecer atenção da secreta.



Assim, O Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento delibera:

1. Repudiar o conteúdo da referida carta por ser atentatória contra o Estado de Direito Democrático numa clara tentativa de perseguição e intimidação aos dirigentes político (Estado polícia);
2. Exortar ao Estado Maior General das Forças Armadas o esclarecimento do caso;
3. Apelar a todas as forças vivas do país a estarem atentas e repudiarem todas as acções do gênero que poderão pôr em causa os esforços para a consolidação da democracia e do Estado de direito.

Bissau, 26 de Novembro de 2009.

A direcção